

3.

O QUE É POSSÍVEL NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

3.1.

A INSTITUIÇÃO COMO ORGANIZADORA

As funções do pai e da mãe são, em essência, funções simbólicas. Cada uma tem uma representação e uma delegação de uma função mais geral. Esta consiste em fundar a criança, autorizando-a a viver enquanto ser da espécie humana, introduzindo-a nas categorias de identidade, o que só acontece se houver um outro ser humano que responda por ela. Lémere (2010) afirma que, para sustentar seu desejo de viver, a criança necessita do apoio simbólico de alguém que a autorize a falar e a desejar por si própria. Essa autorização precisa vir do outro, pois ela não pode fazer por si mesmo, não pode se autorizar a se humanizar.

Nesse contexto, o que é importante é o pai simbólico, que realiza a função de transmissor e pode ser construído através das passagens institucionais¹. A lei, enquanto função paterna, não diz respeito a um patriarca, mas a uma noção lógica da qual depende a construção da subjetividade humana. Ela representa o terceiro que se interpõe entre a criança e os pais (BECKER, 2002; KELH, 2001).

O que funda a autoridade paterna é a posição subjetiva sustentada pelo laço simbólico. O que de fato é necessário à criança não é a presença do pai ou da mãe biológicos, mas sim a presença de alguém que sustente o lugar de autoridade e responsabilidade diante dela, o que, por sua vez, mostra que há alguém cuidando dela. Ter contato com outras referências para além do pai e da mãe reais pode inclusive ajudar a simbolizar o poder absoluto destes e assim também simbolizar a autoridade e a lei.

Dessa forma, o que dificulta a um sujeito se estabelecer como tal não é a ausência física do pai da realidade, mas sim o fracasso de sua função. Delegar à

¹Apesar de utilizarmos o termo *instituição*, é preciso ressaltar que o campo conceitual e teórico utilizado aqui não é o da *Análise Institucional (AI)*, introduzido na França na década de 1960 por pesquisadores como Félix Guattari, René Lourau, Georges Lapassade, entre outros, e que chegou ao Brasil na década de 1970 a partir da visita de Lapassade e outros.

criança a total responsabilidade e autoridade por seu próprio desenvolvimento, cuidado e educação, assemelha-se a abandoná-la, pois nisso o que falta é um adulto que banque a sua posição diante dela.

Para que haja a identidade é necessário que haja a diferenciação das funções e dos lugares que se encontram na montagem institucional, assim como a ligação da criança a um sistema institucional que a estrutura. É o Estado quem faz funcionar a função, o sistema jurídico que regula a vida das pessoas depende de sua autoridade (LEGENBRE, 2010).

Não existe criança sem instituição, afirma DiCaccia (2005). A linguagem é a matéria-prima do ser humano, é o que o constitui como tal e garante o seu lugar no contexto institucional, compondo também a estrutura que está na origem deste. Toda criança está inserida em um contexto, cuja configuração é a da cultura e da civilização, campos no qual ela se humaniza, onde é tida como indivíduo. Ela não existe sem o social ou o simbólico. Família e instituição, por sua vez, não são entidades opostas, pois ambas dizem respeito ao simbólico.

A instituição organiza permanentemente aspectos da vida coletiva, regulada através de normas, costumes, ritos e leis. É uma formação da sociedade e da cultura que segue suas próprias leis e tem o seu funcionamento próprio. Ela regula as relações humanas, preexiste aos homens e se impõe a eles. Uma de suas funções é fornecer representações comuns e matrizes identificatórias a seus membros (OLIVEIRA e TERZIS, 2009).

Na modernidade, as instituições vêm cada vez mais assumindo o papel de sustentar o valor paterno no espaço social. As instituições se tornam lugares que possibilitam a reconstrução da inserção e do engajamento dos jovens no laço social. Nelas se desenvolvem as regras e normas de coexistência que determinam o pacto de conveniência, e onde o que não é adequado é recalcado. Estar inserido em relações de contratos mútuos, que tenham como direção a convivência e o reconhecimento do outro, permite se estruturar a partir de uma lei que organiza a vida. Para isso, é preciso que os traços identificatórios sejam sustentados pela instituição, incluindo as pessoas implicadas no trabalho de cuidado (BECKER, 2002).

3.2.

AS DIFICULDADES DO/NO ESPAÇO INSTITUCIONAL

Apesar dos parâmetros estipulados por lei a fim de promover a instituição de acolhimento como espaço de desenvolvimento, na prática tal qualidade ainda não é uma realidade em todas as entidades existentes, havendo casos em que se faz necessário promover mudanças na estrutura e nos atendimentos. Porém, mesmo com as condições longe de serem as ideais, o acolhimento institucional é, como já visto, a solução mais disponível e viável para determinado indivíduo em determinado momento. Faz-se necessário então pensar nos caminhos possíveis para minimizar os impasses existentes e construir ações positivas.

Uma das dificuldades que se apresenta é a construção de uma dinâmica que permita a flexibilidade da rotina a partir das demandas dos adolescentes e que seja capaz de suportar seus testes e provocações, mas que, ao mesmo tempo, sustente o lugar de autoridade e responsabilidade delegado aos adultos do local.

Quanto a isso, alguns autores (SOARES, 2012; OLIVEIRA, 2006; ARPINI, 2003; GUIRADO, 1986) ressaltam que a lógica educativa de algumas instituições estabelece um modelo de lei que, se imposta de modo totalitário, inibe as possibilidades de reconhecimento e construção de caminhos para que o adolescente siga em direção à independência. Algumas normas, quando em excesso, configuram uma prática desprovida de sentidos e significados para eles, lhes parecendo necessidades externas, o que se sobrepõe ao processo da construção das singularidades.

Para os adultos que trabalham nas instituições, os significados das ações muitas vezes acabam sendo reduzidos aos detalhes burocráticos que devem ser resolvidos, enquanto para os adolescentes significam a busca pelo lar desejado. Diante de uma rotina que promove a massificação, atitudes de resistência e questionamento podem ser compreendidas como desvio de conduta. As atividades pedagógicas, por sua vez, quando utilizadas para “ocupá-los”, não deixam espaço para relações afetivas. É um embate entre as demandas dos adolescentes e o que a instituição está preparada para lhes oferecer. Corre-se o risco de um funcionamento institucional totalitário e dissociado do que se espera de um lar, principalmente porque se torna um ambiente controlador, que deixa de lado o acolhimento.

Não é incomum o sentimento de desamparo e abandono vivido nas interações, principalmente porque os adultos implicados não reconhecem a complexidade do momento vivido, e preferem se afastar das questões subjetivas dos adolescentes. Esse posicionamento se dá justamente como defesa da própria instituição, que também tem dificuldades em lidar com o lado doloroso das relações afetivas, tornando-se endurecida. Ao se deparar com a alteridade das crianças e adolescentes, a equipe se vê confrontada com suas próprias questões. São subjetividades que se encontram e se confrontam, cada com seus próprios desejos e expectativas em relação ao outro (SOARES, 2012; OLIVEIRA, 2006; GUIRADO, 1986).

Autores como Soares (2012) e Guirado (1986) ressaltam a dificuldade das equipes em incluir nos atendimentos feitos os sentidos produzidos nos diversos contextos pelos quais os adolescentes passaram. O conjunto de experiências vividas acaba por não corresponder às propostas pedagógicas oferecidas, já que, em muitos casos, estas se sobrepõem às suas realidades, e não reconhecem as ambivalências e conflitos vividos. Desconsiderar os aprendizados e vínculos já construídos fragiliza a possibilidade de novas vinculações e aprendizagens. Faz-se necessário um trabalho que se aproxime das histórias de vida e interesses, onde haja espaço para a construção de saídas alternativas. Os adolescentes precisam desenvolver uma percepção de si mesmos para tornarem-se sujeitos ativos na construção de suas próprias trajetórias e ocuparem espaços a partir de suas escolhas.

Entendê-los como sujeitos de direitos e estimulá-los à autonomia não deve ser confundido com falta de limites, normas ou disciplinas no espaço institucional, mas apenas que estas não sejam definitivas e passíveis de serem questionadas e reformuladas (ALTOÉ, 2010; BRASIL, 2009). É possível construir uma parceria nas responsabilidades, na qual adolescentes participem da organização do cotidiano da instituição, e de ações que promovam a interação entre elas e os contextos os quais frequentam.

É preciso um olhar que os considere em suas histórias e não apenas como um caráter ou corpo a ser moldado e adestrado, para que seja possível ir além da crença de que, devido a fatores ambientais, são adolescentes difíceis, não havendo muito a ser trabalhado neles. A dinâmica institucional pode minimizar a rigidez das marcas de suas histórias familiares e sociais, não os limitando a elas. Mas para tal, é necessário compreendê-los a partir de suas subjetividades e experiências

anteriores, considerando-os como seres falantes que estabelecem relações, com a família de origem, com a comunidade à sua volta, e com as pessoas que circulam pelo ambiente institucional.

O educador não precisa ter resposta para tudo, pois é a partir de sua impotência que o adolescente pode chegar a falar em nome próprio, em vez de se deixar levar por sua história anterior ou pelo ambiente institucional. Ele o acompanha e assim se faz de suporte para que seu discurso possa ser sustentado. Dão, assim, ao adolescente a oportunidade de se desenvolver, e o sentimento de pertencer a algum lugar, de modo que esse adolescente, por sua vez, ocupe um lugar que lhe foi autorizado por esse outro (ALTOÉ, 2010).

Para isso, a proteção e a segurança proporcionadas pela instituição não devem ser apresentadas como oposição ao mundo exterior demasiado assustador, marcado por ameaças e riscos intransponíveis. Para adquirir autonomia, reunir e organizar recursos para a sobrevivência, os adolescentes precisam estar cientes dos possíveis enfrentamentos sem se tornarem descrentes dos próprios potenciais e capacidades de construir experiências positivas fora daquele espaço. Se os impasses futuros forem apresentados como barreiras insuperáveis, eles podem desacreditar em si mesmos e nos outros e permanecerem paralisados diante do processo de amadurecimento.

Isso implica em não reduzi-los aos seus possíveis déficits ou faltas, assinalados na expressão “criança carente” (ALTOÉ, 2010). Muitas vezes, embora se fale sobre eles na condição de sujeito, o discurso é construído a partir da falha, da ausência e da necessidade, como se sua existência fosse definida pela deficiência e a incompletude. Segundo Guirado (1986), é comum que sejam percebidos no limite entre a presença, quase sempre burocrática e processual e a ausência, pois o principal objetivo por vezes é a sua saída, por adoção ou retorno familiar, como nesse processo ela mal é escutada. A autora realizou sua pesquisa no final da década de 1970, ainda sob a vigência do segundo Código de Menores, e quando a instituição disponível ainda era a FUNABEM. No entanto, como já foi visto, apesar das mudanças na lei, são práticas e lógicas ainda presentes, sustentadas por uma compreensão construída historicamente e por isso tão difíceis de serem dissolvidas. Mesmo que a legislação atual compreenda as crianças e os adolescentes através de sua condição enquanto sujeitos de direitos, na prática há sempre o risco de que eles

venham a ocupar a posição de objeto, sobre o qual os profissionais devem realizar intervenções.

Outra dificuldade muito comum nas instituições são os conflitos e embates provocados pelos próprios adolescentes, seja com outros jovens atendidos, seja com a equipe e educadores. Alguns pesquisadores como Tinoco (2007), Oliveira (2006) e Siqueira (2006) confirmam que comportamentos hostis ou indisciplinados, de recusa ou enfrentamento diante de certas regras necessárias e de provocação de conflitos, são comuns e geralmente refletem reações às vivências anteriores. Muitos dos problemas de conduta já se manifestavam anteriormente, o que aponta para fatores de risco do ambiente familiar, onde as relações seriam conflituosas, instáveis e estressantes.

São questões e dificuldades que surgem a partir da projeção dos laços familiares e experiências anteriores ao acolhimento, que possuem um lugar simbólico marcado pelas falhas ambientais. Os conflitos instigados põem o meio à prova, e os padrões de relacionamentos já vividos acabam sendo reproduzidos, e com isso a sua repetição é provocada, arriscando a repetição do abandono e fragmentação das relações. Os adolescentes reivindicam a presença do que falhou em sua família de origem e fazem um movimento em direção à instituição para que tais falhas sejam repetidas nas novas relações, e assim possam ser reparadas. O modo com o qual eles lidam com as dificuldades está atravessado não só pelas experiências que tiveram, mas também pelo significado que retiraram delas, através das percepções e das respostas que eles próprios constroem. É comum haver uma constante desvalorização do espaço institucional, o que não significa que eles não reconheçam a importância do que lhes é oferecido, mas sim que foi estabelecida uma transferência com o local, trazendo consigo a repetição do que não foi ressignificado (BECKER, 2002; ARPINI, 2003; OLIVEIRA, 2006; SIQUEIRA, 2006; SOARES, 2012).

Suas vivências costumam ser fragmentadas, marcadas por mudanças frequentes de ambiente e ausência de referências estáveis e constantes, o que muitas vezes se dá ainda dentro da própria instituição, que reproduz o padrão de instabilidade e abandono vividos. É bastante comum casos de transferências como forma de punição pelo não cumprimento das regras (OLIVEIRA e SAPIRO, 2007; TINOCO, 2007). A justificativa reside no comportamento dos adolescentes, o que contribui para um padrão disciplinar pautado no abandono como resposta para a

inadequação. Essa medida, em vez de ajudá-los a reconhecer seus limites e o do outro, contribui para a sustentação de práticas que não reconhecem suas demandas, e mantém o sentimento de abandono e incompreensão. As rupturas são igualmente provocadas por transferências em função do gênero e da idade, justificadas a fim de manter os padrões de cada abrigo, os desacolhimentos pela reinserção familiar, seguido de nova institucionalização e alta rotatividade dos cuidadores. A partir dessas práticas, a organização e a rotina institucional acabam sendo colocadas acima dos relacionamentos construídos.

Além dos conflitos e confrontos com o meio, também são bastante comuns as fugas dos adolescentes diante do que sentem como sendo limitações institucionais. De acordo com Carvalho e cols. (2006), a evasão é uma das principais causas do desligamento institucional. Muitos adolescentes apresentam resistências a construir vínculos, mobilizados por suas vivências anteriores de rupturas e privações, encontrando dificuldades para se ancorarem em referências estáveis tanto em relação a seus processos subjetivos quanto a seus processos futuros. Ao mesmo tempo, apesar do que preconiza a lei, nem sempre o abrigo consegue dar conta das demandas dos adolescentes e prover o *holding* necessário. Os relatos de muitos autores (LEVY e JONATHAN, 2012; TINOCO, 2007; SILVA, 2010; SOARES, 2012) apontam que o meio nem sempre foi capaz de sobreviver aos ataques mais intensos por parte de crianças ou adolescentes mais “difíceis”, que testavam o ambiente com intensidade e frequência.

Quanto a isso, Winnicott ([1950] 1987; [1956] 2012) mostra que, quando o sentimento de segurança se instala, é comum aos adolescentes testarem o meio e sua confiabilidade. É nessa fase que surge a tendência antissocial, sinal da deprivação decorrente de falhas ambientais. Há duas formas de sua manifestação: no roubo ou na mentira, que representam uma solicitação para que o ambiente devolva o que foi tirado, e na destrutividade, que visa a testar a segurança e estabilidade do ambiente. São sintomas que revelam uma busca pelo meio saudável, nos quais o indivíduo procura fazer o mundo reconhecer o seu débito para com ele.

Espera-se que as redes disponíveis ofereçam um ambiente especializado e concebido com fins terapêuticos, cobrindo a necessidade do ambiente suficientemente bom. Nele, o cuidador vai aos poucos abrindo um espaço maior do mundo para o adolescente, que aproveita a oportunidade para se expressar e seguir seus impulsos. Ao mesmo tempo, os controles externos continuam a se fazer

necessários a fim de conter essa nova gama de sentimentos que assustam inclusive os próprios adolescentes.

Embora alguns adolescentes com frequência expressem o desejo de liberdade, uma postura muito permissiva da organização institucional pode causar ressentimentos, pois é compreendida como indiferença para com eles (SOARES, 2012; SIQUEIRA, 2006). Com isso, eles reivindicam atitudes que tenham sentido de cuidado e compromisso como elementos que representem a sua vinculação e pertencimento àquele espaço.

É necessário o equilíbrio entre o sentimento de pertencimento e a diferenciação, com espaços para a individualização e a intimidade. Uma reivindicação comum feita pelos adolescentes é ter um espaço próprio para guardar seus pertences pessoais: ter um armário próprio, por exemplo, é ter algo particular, e que também significa sua inserção no abrigo. É um recurso acessível que demarca uma identificação singular no espaço coletivo.

Dentro dos grupos de convivência os adolescentes aprendem o que é possível ou não demandar dos outros de forma a melhorar a qualidade das relações, ao mesmo tempo em que serão confrontados com a questão de serem ou não adequados ao que o outro demanda deles. É um aprendizado que está para além das relações de amizade ou amorosas, pois também diz respeito aos efeitos de consideração e reconhecimento que o convívio coletivo pode oferecer e traz o sentido do valor que é possível ter aos olhos alheios (BECKER, 2002).

Além de Winnicott, outros autores também ressaltam a relevância de um ambiente posterior às primeiras experiências que venha a sustentar as demandas que inicialmente não foram amparadas. Roussillon (1991) apresenta o conceito de meio maleável como o meio que sobrevive à destrutividade do sujeito. Ele se aproxima das noções de transicionalidade e potencialidade: é um objeto externo, mas também é transicional. No início da vida psíquica o objeto primário é percebido como pertencente apenas à realidade subjetiva do sujeito. Para que ele seja descoberto como fazendo parte também do mundo externo, sendo independente e possuindo uma realidade objetiva, é preciso que entre em ação a destrutividade. Tal processo constitui a prova de realidade, no qual o objeto precisa ser reencontrado na percepção, de modo que a criança reconheça quando a fonte de estímulos é interna ou externa.

A atividade da representação se apoia no outro que exerce a função materna e impede que a criança seja submersa em um excesso de excitações desorganizadas. É fixado um limite entre o que o ego pode integrar das moções pulsionais, de forma a se sentir vivo e criativo, e o que deve ser recalcado. Durante todo o período de integração e construção pulsional, há um apoio transicional de alguma figura do meio maleável que realiza a função de paraexcitação externa.

Para que a atividade de representação ocorra é preciso que haja algum representante do objeto que seja concreto e perceptível. Apesar da destrutividade dirigida ao objeto, este deve sobreviver ao ataque, mantendo-se estável e não exercendo represálias contra o sujeito, atacando-o de volta ou se retirando de cena. Isso permite que o sujeito suporte a angústia gerada pelos seus ataques de ódio.

O meio maleável tem a propriedade da indestrutibilidade e ao sobreviver à destruição que lhe é dirigida abre caminho para a função representativa. Apesar de sua natureza fundamental não ser modificada, apresenta sensibilidade a variações quantitativas, podendo tomar diversas formas, sendo incondicionalmente disponível, e ainda assim permanecer ele mesmo. Aquele que se utiliza desse meio necessita senti-lo vivo e disponível. É na reelaboração de um jogo de destruição e remodelagem que se descobre a essência desse processo que permite ao meio ser o representante da coisa, mas não a coisa em si.

Tal conceito pode nos ajudar a pensar um caminho possível para o trabalho com adolescentes abrigados, principalmente quando eles testam o ambiente e provocam conflitos, procurando reproduzir as vivências anteriores, como veremos mais adiante. Com isso, confirmam se o ambiente suporta seus ataques, estando realmente investido nas tarefas de cuidar e acolher, ou se o abandona. As repetidas falhas ambientais frente à experiência de destruição e recriação/criação do objeto, sua não sobrevivência aos ataques que lhe são dirigidos, fazem com que a destrutividade deixe de ser intrapsíquica e apenas potencial e passe a ter um caráter real para o sujeito. É preciso, então, reconstruir as particularidades do objeto originário, que não resistiu aos ataques, para que seja possível trabalhar os efeitos na estruturação psíquica do sujeito.

O que um enquadramento pode oferecer como estruturante é reconhecer que, por detrás da destrutividade dirigida a ele, existe um núcleo de verdade, ou seja, que realmente houve um ambiente que de alguma forma falhou ao dar conta das necessidades individuais. O trabalho consiste em desenrolar esse núcleo que se

apoia na realidade atual e levá-lo de volta ao passado. O novo ambiente no qual o adolescente se encontra deve sobreviver aos ataques dirigidos a ele. Nesse processo, o objeto é evocado em sua realidade e não como um objeto subjetivo. Isso constrói um pano de fundo sobre o qual a experiência paradoxal do objeto que é destruído e então encontrado possa acontecer.

3.3.

VÍNCULO E CUIDADO

Apesar de todos os impasses apresentados acima, o tempo de contato de um indivíduo com uma estrutura institucional que promova experiências positivas pode contribuir para minimizar as dificuldades emocionais decorrentes do histórico de vida anterior. O acolhimento se estabelece através dos cuidados dedicados, mesmo quando fora do lar de origem e em caráter excepcional. Acolher significa estar aberto para proteger e educar, implicando na empatia e no reconhecimento das necessidades, dificuldades e sentimentos do outro. Sendo capaz de concretizar essas funções, a instituição passa a ter o potencial proporcionar condições para a existência humana, pautada em relações humanas, não se resumindo ao espaço físico para moradia.

O vínculo é uma construção pessoal, mas para Pichon-Rivière ([1980], 2007), é também um fenômeno social. Ao mesmo tempo, não existem relações impessoais, pois cada vínculo se estabelece a partir de um outro que lhe é anterior e que está condicionado historicamente naquele indivíduo. Mesmo quando na relação há apenas duas pessoas envolvidas, a vinculação estabelecida entre ambas está repetindo suas histórias anteriores.

As primeiras relações objetais são administradas por uma série de processos de projeção e introjeção através dos quais o mundo interno é construído. Nele são incluídas as representações do mundo externo, marcadas pelo vínculo estabelecido com os objetos internos, que, por sua vez, adquirem suas características a partir das imagens externas. Estas não são introjetadas como correspondência direta de sua natureza e do que acontece fora, mas são sentidas tão reais como se o fossem. A relação de objeto faz parte da estrutura interna do vínculo, sendo ele então uma

relação particular com determinado objeto, uma estrutura dinâmica em contínuo movimento. Essa relação gera uma conduta mais ou menos fixa, formando um padrão que tende a se repetir. Contudo, esse processo está sujeito às mudanças que ocorrem no decorrer da vida, de modo que as estruturas vinculares podem sofrer transformações, apresentando novas configurações de acordo com as introjeções feitas. Dessa forma, não existe apenas uma forma estática de vínculo.

A relação de objeto é uma estrutura complexa, que inclui o sujeito e o objeto em interação. Ambos apresentam composições psicológicas internas e externas que interferem entre si, estando em constante movimento, se influenciando mutuamente ao longo da vida. Os vínculos são estabelecidos a partir de uma espécie de contrato inconsciente, como uma estrutura que inclui a interação entre o sujeito e o objeto. A dinâmica entre eles inclui, ainda, manifestações não-verbais como o interjogo de olhares, que revelam consigo os afetos presentes na interação (OLIVEIRA e TERZIS, 2009; ROSSETTI-FERREIRA e cols. 2010).

É nas interações que a vida humana se constitui e se organiza, e são a partir delas que as subjetividades emergem. As pessoas que intermedeiam as relações dos sujeitos com suas próprias dores, angústias, medos e anseios, assim como com o meio, são também figuras de referência e de identificação. Através deles são transmitidos os valores da cultura. São esses vínculos que configuram determinada identidade particular. Os significados sobre o mundo e sobre si mesmo são construídos com o auxílio da experiência que se estabelece a partir da narrativa que vem do outro. Essas não são homogêneas, visto serem elaboradas nas interações com diversos parceiros e contextos. Mas, para se apropriar de sua própria história, é preciso a oportunidade para explorar essas narrativas. No caso do acolhimento institucional, a cada momento são necessárias novas elaborações, nas quais o outro se torna um parceiro ainda mais importante.

O vínculo se desenvolve em interações humanas específicas, que mantêm um padrão diferenciado no tratamento dado ao parceiro escolhido e que perdura no tempo. Há uma seletividade na escolha daqueles com quem será construída a interação, havendo uma preferência em relação a determinados indivíduos em vez de outros. A cada um desses parceiros é atribuído um significado específico que os diferenciam entre si quanto aos seus papéis, importância e o que representam para o outro (CARVALHO e cols., 2006).

Indivíduos envolvidos em uma relação costumam compartilhar entre si os mesmos significados e sentidos dados aos objetos, códigos, palavras e saberes. Ao mesmo tempo, a interação social leva a uma maior potencialidade de construção de novos significados. O compartilhamento dos conteúdos comuns, por sua vez, maximiza o vínculo e simplifica a comunicação. Desse modo, vínculo e comunicação se reforçam mutuamente, pois, ao permanecerem no tempo, o primeiro favorece a continuidade do segundo, que também contribui para o seu fortalecimento, assim como seu desdobramento em outras relações.

Para Bowlby (1956/58; 1967/68 [2006]), o vínculo afetivo é a atração que um indivíduo tem em relação ao outro. Ele inclui a aptidão para reconhecer o outro em suas particularidades, o que implica diferenças no tratamento dispensado a cada um, pois os sentimentos de amor, ou mesmo de pesar, não são dirigidos a qualquer ser humano indiscriminadamente. O modo de conceituar a propensão humana a estabelecer fortes vínculos com os outros é compreendido a partir da *Teoria do Apego*, ou *Teoria da ligação*, como o próprio autor chama em seu texto (Bowlby, 1956/58; 1967/68 [2006]). De acordo com isso, não são apenas os laços afetivos em si, mas também as múltiplas formas de consternação emocional e perturbações a que a separação ou perda involuntária poderia dar origem. As mais intensas emoções tendem a surgir nos vínculos, nas suas formações, rompimentos, manutenções e renovações. A ameaça de sua perda gera ansiedade, a perda real gera tristeza, e ambas as situações podem despertar raiva, assim como a manutenção do vínculo gera segurança.

Quem dispensa cuidados a uma criança deve ter disponibilidade para identificar suas demandas e se prontificar a atendê-la, quando necessário for. É através do vínculo afetivo desenvolvido entre a criança e a mãe, ou cuidador, que uma base segura será oferecida, permitindo um gradativo distanciamento da figura de ligação para explorar o meio.

Há um papel biológico nos laços afetivos, pois esse comportamento costuma ocorrer em quase todas as espécies de mamíferos. É o resultado do elemento social de determinadas espécies, no qual cada membro do par vinculado mantém-se na proximidade com o outro e suscita nele a manutenção do mesmo comportamento. Em humanos, a ligação com a figura de preferência, que na maioria dos casos é a mãe, se desenvolve nos primeiros nove meses de vida do bebê, pois esta costuma ser a pessoa com a qual ele possui maior interação. Mas, apesar de se manifestar

inicialmente no ato da alimentação, e mais adiante nas interações sexuais, o comportamento de ligação está para além da mera sobrevivência física. Sua principal função é a proteção, que é relevante ao longo de todo o desenvolvimento e não apenas na primeira infância. A forma pela qual um indivíduo lida com outras pessoas emocionalmente significativas e estabelece vínculos afetivos está atravessada pela influência, percepções e expectativas ou mesmo distorções, nas experiências que teve com seus pais e figuras iniciais importantes.

Um dos principais efeitos do afastamento da criança de seu cuidador é a intensificação da ambivalência, pois a separação leva ao anseio libidinal (BOWLBY, [1956/58] 2006). O sentimento de estranhamento diante de novas situações também gera ambivalência, pois suscita ao mesmo tempo medo e retraimento e também curiosidade e investigação (BOWLBY, [1970/73] 2006). A separação de uma das figuras de ligação provoca medo, ainda que a situação que se apresente não seja intrinsicamente perigosa. Há certas ocasiões, como o contato com pessoas e ambientes estranhos, o isolamento ou mesmo a escuridão, que não são intrinsicamente perigosas, mas que ainda assim podem significar algum risco. A resposta de medo frente a esses estímulos compreende o aparato comportamental básico dos seres humanos, de modo que a ansiedade em torno da separação das figuras de ligação se apresenta como uma reação normal e saudável.

Os laços construídos nos relacionamentos intersubjetivos, de proximidade entre humanos, são os mais intensos e íntimos. Mas o indivíduo também está inserido em um macrocontexto, com a cultura e a sociedade, e com elas também constitui vínculos. Tal relação ocorre de forma dialética, na qual há uma constante interação, pois, a sociedade está dentro e fora do indivíduo.

A qualidade dos vínculos afeta a relação da pessoa consigo mesma, o que, por sua vez, interfere na sua capacidade de aprender, de suportar as limitações, de fazer projetos possíveis e sentir-se realizado, mesmo enfrentando dificuldades. Com isso, o ser humano pode não só se sentir diferenciado dos outros e do ambiente, como também emergir enquanto alguém capaz de construir suas relações orientado pela mesma atitude de consideração da singularidade do outro. A partir disso, do reconhecimento das alteridades, é que se torna possível o desenvolvimento da criatividade e na participação da comunidade de forma mais ou menos construtiva (PLASTINO, 2009).

A cultura e a sociedade não estão desconectadas da natureza do homem, e sim integradas a ela. O limite dado pela sociedade se faz importante na inserção do indivíduo no mundo, porém o cerne de sua emergência é o acolhimento erótico, enquanto união com os outros, propiciado pelo ambiente. É Eros, o amor, que possibilita o limite, e não o contrário. O sentimento de culpa é o que leva o indivíduo a se responsabilizar por suas ações e a se importar com outro. Não é, portanto, um destino insuperável, mas o reflexo de um sentimento ético, que ao longo da vida se desdobra no sentimento de responsabilidade e construtividade, assim como na atitude de cuidado.

O ser humano se torna um sujeito a partir do outro. Isso não significa que sua singularidade seja negada, nem que ele seja apenas um produto da cultura, e sim que a complexidade do processo de sua constituição se dá tanto através do outro da cultura quanto do movimento espontâneo do próprio indivíduo. A singularidade é resultado de um processo histórico, no qual o reconhecimento das necessidades próprias de cada um é fundamental para a atualização das tendências naturais.

O verdadeiro *self* é parte da essência humana, mas não se apresenta como uma realidade efetiva, visto que integra um potencial constituído por tendências que dependem de um ambiente favorável para emergir. A partir de um meio que lhes é favorável, essas tendências deixam de existir apenas no plano da virtualidade para se atualizar na história concreta do indivíduo. Com isso, são despertados o sentimento de que a vida vale a pena, de concernimento, o movimento de reparação, assim como a compreensão da alteridade. Quando o ambiente inibe as tendências do infante, o que se manifesta é o “falso *self*”, resultado da adaptação de um ambiente invasivo, que frustrou algo de fundamental do vir-a-ser humano. O desenvolvimento emocional saudável está sustentado na expressão espontânea do sujeito, pois a normalidade e a saúde são indissociadas da espontaneidade e da criatividade.

Roussillon (1991) enfatiza em seus trabalhos a construção da intersubjetividade, ou seja, das relações interpessoais, como parte da constituição da subjetividade. Ela se faz na relação de um sujeito com seus objetos, que na verdade também são sujeitos que precisam ser reconhecidos como tais. Os seres humanos se constituem, se conhecem e se reconhecem no encontro com outros, que também são reconhecidos enquanto humanos. A constituição da subjetividade

depende da relação com o outro e, por conseguinte, a psicologia individual é, em um primeiro momento, uma psicologia social.

No início da vida humana, o infante se encontra em uma situação de total dependência para com o outro. Há um desamparo físico que torna a presença de um cuidador totalmente necessária para garantir sua sobrevivência e aliviar suas tensões internas e fisiológicas. Após esse momento inicial, o desamparo se torna psíquico. A nova dinâmica pulsional que foi gerada demanda um suporte não mais fisiológico, mas agora psíquico, e surgem demandas de afeto, reconhecimento, amor e palavra, sendo criadas novas relações de dependência (CECCARELLI, 2009).

Esse desamparo, constitutivo e estrutural do ser humano, singulariza-se a partir das relações de dependência estabelecidas em cada história. São inúmeros os destinos possíveis para ele, mas o principal são as relações com o outro, que cria a ilusão de conforto e acolhimento. Essa relação é primeiro construída com os pais, mas posteriormente é transferida para substitutos por quem se acredita ser amado e protegido. Os laços sociais construídos com o mundo externo são construções imaginárias e simbólicas para dar conta das situações de desamparo, são ilusões criadas por Eros para dar conta do desejo de proteção através do amor.

Figueiredo (2007) define a intersubjetividade transubjetiva como um outro englobante, que desempenha as funções de acolher, hospedar e alimentar. Isso significa contar com uma disponibilidade fora de si para suportar as sobrecargas de dificuldades emocionais, pois nela nossa mente pode suportar sobrecargas, o que no isolamento talvez não fosse possível. Ainda que, no início da vida, esse outro não seja percebido pelo indivíduo como diferenciado dele, viver de modo saudável depende que haja algo ou alguém que exerça aquelas funções. São agentes, que podem ser grupos, instituições ou indivíduos isolados, que estão implicados e comprometidos com o cuidar. Esta função caracteriza uma atitude de consideração pelo outro e suas necessidades, de reconhecimento da alteridade e seus correlatos, o que implica no respeito ao movimento espontâneo. Ele se faz no simples ato de prestar atenção e reconhecer aquele que é o alvo de tais ações naquilo que ele tem de singular.

O *holding* é uma de suas dimensões primordiais. É o que garante o sentimento de continuidade, permitindo a concepção de referências simbólicas e identitárias. Ele é imprescindível para a construção de um senso de realidade, porém

não é suficiente para dar conta de todos os impasses que surgem no decorrer da existência humana. Dessa forma, precisa ser construído e reconstruído pelos agentes de cuidados. Winnicott ([1960] 1983) ressalta que o *holding* se constrói não apenas no segurar físico, mas também na provisão ambiental, que por sua vez não se limita aos cuidados rotineiros e mecânicos, mas na empatia e no “viver com”. Contudo, não é uma função que deva ser sustentada ao longo da vida, pois para que seja de fato eficaz, está implicado também uma gradual separação entre criança e cuidador.

No espaço que o cuidador deixa livre e vazio, no qual não está presente, o sujeito pode exercer sua capacidade para criar o mundo à sua medida. Dessa forma, cuidado quer dizer levar o objeto-alvo a desenvolver suas próprias capacidades cuidadoras, reconhecendo sua potência e o chamando à responsabilidade sendo participante ativo do mundo, pois as funções cuidadoras são introjetadas, e, por sua vez, também são transmitidas no ato (FIGUEIREDO, 2007).

O cuidar possibilita o movimento de construção das relações do indivíduo com os outros, permitindo a cada sujeito “morar” no mundo, ter um lugar para viver e estar inserido em uma comunidade por meio dos laços sociais do qual ela emerge. A morada significa um lugar para ser, que supõe um mútuo reconhecimento, em uma relação de pertencimento a um coletivo.

Segundo o autor, desde sempre os infantes são objetos de prescrições e interdições que visam à sua integridade física e mental, assim como sua integração e participação na comunidade humana. São práticas que implicam na disposição do mundo em receber seus novos membros, e dizem respeito aos cuidados dirigidos a eles e que dão algum sentido à vida e nas vicissitudes da existência. Aos eventos que se sucedem são dados forma, sequência e estabelecidas ligações, construindo uma experiência de integração. Esse sentido se dá em oposição aos excessos traumáticos inerentes à vida, que de um modo ou de outro transcorre longe da estabilidade, permanência e perfeição.

Uma das formas possíveis de construção de vínculos no espaço institucional, conforme Carvalho, e cols. (2006), é a presença do adulto como representante de determinado papel a ser cumprido. O que é relevante não é a pessoa em si, mas as funções por ela exercidas para com aquela criança ou adolescente em suas necessidades específicas. O sujeito acolhido precisa saber que naquela instituição há um adulto responsável disponível para o cuidado e a escuta, ou seja, que relações

de confiança e suporte são estabelecidas. Sua disponibilidade, compreensão, escuta, apoio e favorecimento das narrativas tornam-se facilitadores dos relacionamentos.

3.4.

PROTEÇÃO E PERTENCIMENTO

A família, por mais disfuncional que seja, proporciona um sentido de pertencimento, pois é através do acolhimento por outro ser humano que o sujeito se constitui (ALTOÉ e cols, 2011; MOTA e MATTOS, 2008). Quando há uma relação com figuras primordiais inseguras, ocorrem dificuldades na relação com o mundo externo. Apesar disso, existe a possibilidade de reorganização de laços e vínculos, de manutenção de ligações afetivas e relações duradouras com figuras alternativas significativas. Para além do núcleo familiar, diversos outros grupos também se apresentam como capazes de dar conta do sentimento de pertença e da função de suprir uma necessidade de continência das angústias e servir como base para o desenvolvimento de um aparelho psíquico que possa, inclusive, ser continente para outros. A instituição pode oferecer o suporte e a segurança necessários para uma reestruturação psíquica e afetiva após a perda da família de origem, construindo com a criança uma relação de confiança.

A própria legislação determina que as entidades de atendimento devam garantir não só a estrutura física adequada para o acolhimento, mas também uma qualidade que estimule o desenvolvimento saudável. As “Orientações técnicas...” (2009) deixam claro que o afastamento familiar pode gerar repercussões negativas para o desenvolvimento da criança se ocorrer por um período de tempo muito longo, ou se o serviço de atendimento prestado não tiver a qualidade necessária para assegurar as condições mínimas de desenvolvimento. Os serviços de acolhimento não são necessariamente nocivos ou prejudiciais, pelo contrário, têm o potencial de minimizar o impacto do abandono ou afastamento familiar através de experiências reparadoras.

Siqueira (2006), por exemplo, mostra que a instituição se apresenta para muitos adolescentes como o principal contexto de desenvolvimento. Relações satisfatórias são construídas com a equipe profissional, com as outras redes de

apoio, e vínculos de amizade são formados com os pares. Porém, as relações em outros ambientes não são tantas quanto dentro do espaço institucional e tais vínculos não costumam ser tão fortes. Tal configuração indica que a integração com a comunidade em geral ainda é frágil, o que aponta para algumas limitações ainda presentes em se concretizar os objetivos previstos em lei. Verifica-se, entretanto, que, embora as relações com os pares assumam papel fundamental na adolescência, sendo fonte de apoio e compreensão e contribuindo para o desenvolvimento afetivo e psicossocial, estas são demasiado lábeis e, às vezes, de pouca durabilidade e consistência, não podendo satisfazer os níveis de segurança necessários ao adolescente (MOTA e MATTOS, 2008).

Dessa forma, foram os adultos os mais citados na pesquisa realizada por Siqueira (2006) como fontes de suporte, pois, frente a situações adversas, são eles os mais capacitados a oferecer assistência de um modo geral. O histórico de carência ou mesmo falta de base familiar e de recursos socioeconômicos, além de expectativas muitas vezes baseadas em um modelo assistencial, contribui para o que é oferecido pelos adultos seja valorizado. Tanto o suporte emocional e afetivo quanto o instrumental e material foram mencionados na referida pesquisa com a mesma força expressiva. A autora conclui que as possibilidades do abrigo estão para além das demandas materiais, mas também compreendem a construção de um ambiente onde exista segurança, confiança e compartilhamento de sentimentos, de modo a operar como fator de proteção.

Foi observado ainda que a família era frequentemente relatada como a fonte de relações de apoio mais importante, ainda que as relações dentro da instituição fossem menos conflituosas, mais contínuas e com menos rompimentos que no ambiente doméstico. Essa confiança pareceu ser o reflexo mais de uma idealização e de um desejo de estar integrado a esse núcleo que uma construção real e efetiva. Os conflitos vividos dentro da instituição contribuem para construir a imagem idealizada da família, na qual não haveria dificuldades e embates. A diminuição da convivência, ou mesmo a distância ou o rompimento de tais relações, também contribui para seu enaltecimento, possibilitando inclusive que os momentos ruins anteriormente vividos fossem atenuados. Há com isso uma dissociação entre a “família pensada” e imaginária, e a “família vivida”, que se desvela na realidade. Porém, com relação à própria institucionalização, os discursos analisados por Siqueira (2006) se revelavam ambivalentes, havendo, por um lado, uma idealização

da vivência na instituição, e, de outro, fortes críticas relacionadas às experiências negativas, como falta de relações de afeto e de liberdade.

Em *Romances familiares* ([1909/1908], 2010), Freud mostrou que fantasias e devaneios de caráter hostil de uma criança para com seus pais são, na verdade, uma reação diante de um passado recente, quando eram idealizados. Nelas, podia acontecer a substituição do pai ou mãe real pela imagem que anteriormente tinham aos olhos da pequena criança. Com isso, Freud indica que se libertar da autoridade dos pais faz parte do movimento de crescer, é um ato necessário, ainda que doloroso.

Dessa forma, os adolescentes em situação de acolhimento costumam apresentar certa ambivalência com relação à ideia de família: de um lado, a fantasia de que este seria um lugar ideal, marcado pelo acolhimento e proteção, capaz de dar conta do sentimento de desamparo; de outro, lembranças permeadas por certo rancor pela relação perdida. De um modo geral, muitos entrevistados na pesquisa apresentada por Tinoco (2007) manifestavam o desejo de construir suas próprias famílias, almejando assim poder resgatar a imagem positiva dela e revivê-las de acordo com suas expectativas.

A autora também expôs que, na maioria dos casos, a separação se dá com pessoas que ainda estão vivas e que deveriam estar cuidando e investindo afetivamente naquela criança ou adolescente. Isso mobiliza ambivalências dirigidas não só para as lembranças relacionadas a essas pessoas, mas também para a própria instituição: esta representa o abandono anterior, além de ser uma relação que não é construída sem dificuldades, o que gera inúmeras queixas; paradoxalmente, as experiências e vínculos estabelecidos que sejam significativos de alguma forma, e a sua presença na vida dos adolescentes, lhes representam a proteção necessária e faltosa.

Levy e Jonathan (2014) revelam que, a princípio, o discurso sobre a instituição enfatiza aquilo que ela traz de negativo, sendo descrito a partir da sensação de aprisionamento provocada por regras às vezes impostas de forma arbitrária. Também perceberam que as frustrações eram intensificadas pela falta de informações sobre seus próprios destinos, assim como os de amigos e parentes que haviam passado pelo mesmo lugar e ido embora sem a possibilidade de despedida. No entanto, as autoras constataram que a oportunidade de falarem sobre esses

sentimentos negativos lhes possibilitava ressignificar as vivências e elaborar novas narrativas, que pudessem também incluir as experiências positivas.

Diversos autores (ARPINI, 2003; TINOCO, 2007; SIQUEIRA e cols., 2011) entendem que o discurso dos adolescentes sobre o acolhimento revela lembranças menos traumáticas que aquelas relativas à experiência familiar, pois ali encontraram um lugar de apoio e reestruturação da vida. A instituição representou um lugar de proteção, quase de resguardo diante das possíveis ameaças e riscos que permeavam suas vidas. Torna-se então uma referência ainda mais forte que a própria família, mobilizando sentimentos de pertencimento e de acolhimento, e compensando a falta de motivação e engajamento das famílias e a fragilidade dos vínculos.

Winnicott ([1962] 1983; [1950] 1997) ressalta a importância da presença de outras unidades sociais que possam dar o suporte necessário ao processo de amadurecimento, caso os pais não consigam proporcionar um ambiente estável. Como indicam Arpini (2003), Tinoco (2007) e Siqueira e cols. (2011), o tempo de contato de um sujeito com uma estrutura institucional propiciadora de experiências positivas pode contribuir para diminuir as dificuldades emocionais decorrentes das experiências anteriores.

Para ter um efeito terapêutico e estimular o crescimento individual, porém, esse processo precisa dar-se no decorrer de um período bastante longo. Antes que possa se desfazer de suas defesas e elaborar seus sentimentos e lembranças, a criança precisa ganhar confiança no novo ambiente, em sua estabilidade e em sua capacidade de objetividade. Ela precisa crer que existe algo no mundo, os objetos, que não são apenas bons, mas também confiáveis e duráveis, e que também sejam capazes de se recuperar após se machucar, ou mesmo perecer (WINNICOTT, [1962] 1983; [1950] 1997).

De acordo com isso, a meta de uma instituição de acolhimento deveria ser oferecer um ambiente de ordem, e não de caos. Isso implica que o cuidador se adapte às necessidades específicas da criança e do adolescente, fornecendo o *holding* necessário, de modo a reconhecê-los enquanto sujeitos com suas particularidades. O ambiente suficientemente bom une o conjunto não organizado de fenômenos sensorio motores do indivíduo, de forma a permitir a construção do seu *self*, organizar seus conteúdos internos, e reunir memórias de experiências vividas. Com isso, a criança fica protegida das intrusões indesejáveis do mundo

externo, e de seus próprios impulsos e dos efeitos destes. Tendo as funções de continência exercidas pelo meio, é possível atingir uma integração pessoal.

Mas para que haja a ordem necessária, é preciso também a estabilidade e a constância do meio. É preciso haver um equilíbrio entre a severidade, à medida que esta não signifique rigidez ou autoritarismo, e justiça. Isso permite aos adolescentes descobrirem valores humanos e positivos entre eles mesmos. Winnicott (1962 [1983]) lembra que a criatividade está articulada com a noção de limites, portanto, é preciso que haja um espaço protegido para exercê-la sem riscos. Não existe um conteúdo organizado sem que haja um continente para lhe dar forma.

Bowlby (1976/77; 1970/73 [2006]), por sua vez, apresenta o conceito de *base segura* significando as relações que permitem às crianças se distanciar das figuras de ligações, podendo retornar a elas assim que desejarem ou necessitarem de alguma forma de apoio ou proteção. Por serem curiosas e indagadoras, com frequência elas se afastam dos pais ou cuidadores, configurando padrões de afastamento e aproximação, que costumam ser alternados ao longo da vida. É preciso que os pais compreendam e respeitem o desejo das crianças de explorarem o meio para que elas possam, gradualmente, ampliar suas relações com outros indivíduos. Aos poucos, elas se afastam daqueles com quem desenvolveram relações de afeto cada vez com mais frequência e por períodos mais prolongados, podendo manter contato ou mesmo retomar a proximidade.

Essa base costuma ser sua família de origem, mas também podem ser relações que durem por tempo prolongado, propiciando ao indivíduo desenvolver um bom modelo representacional de si mesmo. Mesmo que nesse momento as relações tenham importância decisiva para a personalidade, a necessidade de uma figura de ligação que forneça uma base pessoal segura não se limita à infância, mantendo-se na adolescência e mesmo na vida adulta.

Uma instituição de acolhimento deve oferecer uma *base segura* a partir da qual as crianças ou os adolescentes possam explorar a si mesmos e estabelecer vínculos consistentes. De acordo com Altoé (2010), uma das funções do cuidador é encorajá-los a examinar as situações nas quais se encontram e ajudá-los a perceberem mais claramente suas próprias reações e emoções, assim como a capacidades de tomar decisões sobre si mesmos.

Os principais referentes identificatórios que os sustentarão no laço social estarão principalmente na figura daqueles que acreditaram neles e em quem eles

acreditaram, sejam os profissionais dos serviços, sejam outros adolescentes (BECKER, 2002). A manutenção da instituição como referência representa que as relações formadas foram significativas e podem continuar a fazer parte de sua história pessoal. São referências estáveis que funcionam como continente para aqueles que, tendo permanecido na instituição por algum tempo, serão desligados em função da maioridade. Ainda que seja apenas um lugar de passagem, os adolescentes farão o movimento de conservarem as referências institucionais, levando-as consigo ao sair. É um apoio simbólico que permite ter alguma base sobre a qual poderá emergir suas próprias potencialidades, e contribuir para que os impasses da vida sejam atravessados da melhor forma possível. Saber que haverá algo de significativo a ser levado pode diminuir o sentimento de desamparo.